

Resenha de: Pagliari, Graciela De Conti e Oliveira, Marcos Aurélio Guedes de (Org.). 2014. *Defesa e Cooperação Interagências*. Recife: Editora UFPE. 228p. Coleção Defesa e Fronteiras Virtuais, v. 2.

Rev. Bra. Est. Def. v. 3, n° 2, jul./dez. 2016, p. 217-220
ISSN 2358-3932

TIAGO GABRIEL TASCA
NATALIA DINIZ SCHWETHER

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, RESOLUÇÕES CONJUNTAS

O escopo dos estudos de Defesa e Segurança amplia-se na medida em que o perfil das ameaças e questões securitárias do sistema internacional responde a dinâmicas diferentes das apresentadas durante boa parte do século XX. Neste sentido, a cooperação interagências ergue-se como uma estratégia para atuar frente a essas dinâmicas, em um ambiente no qual as ameaças transcendem as fronteiras nacionais e, por isso, as ações necessitam ser coordenadas bilateralmente ou multilateralmente. É a partir desta ótica que o livro *Defesa e Cooperação Interagências* se constrói. Resultado do esforço de congregar pesquisadores de diversas regiões, não apenas brasileiras, mas também do exterior, com distintos níveis acadêmicos e de variadas perspectivas teóricas, o livro integra a coleção Defesa e Fronteiras Virtuais.

A Cooperação entre a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em matéria de defesa toma forma no capítulo inicial de Giovanni Finizio. Lançando mão de uma análise histórico-conceitual notável das conquistas e reveses da cooperação entre a UE e a OTAN, o autor sugere um nó a ser desfeito nessa relação interagência: autonomia europeia e reforço da OTAN. Neste sentido, o autor suscita uma discussão contemporânea de aprofundamento das relações UE-OTAN. À luz do argumento elaborado pelo autor, é necessário considerar três desafios contemporâneos que têm impactos potenciais para o futuro da cooperação entre a UE e a OTAN: a saída do Reino Unido da UE (Brexit), a Guerra Civil na Síria e os caminhos incertos da presidência de Donald Trump.

Tiago Gabriel Tasca – Mestrando em Política Internacional e Comparada pela Universidade de Brasília (IREL - UnB). E-mail: tiagottasca@gmail.com.

Natalia Diniz Schwether – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. E-mail: natidiniz@gmail.com.

Em seguida, Schramm e Lima tratam dos mecanismos de defesa e segurança no sistema interamericano. O movimento de integração no hemisfério ocidental teria três pilares: Junta Interamericana de Defesa (JID), Tratado de Assistência Recíproca (Tiar) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). No que concerne à OEA, destaca-se seu papel aglutinador, diante de um ambiente de múltiplas percepções, que seriam as norteadoras de acordos e tratados. Neste sentido, ao se tratar de um campo com alto teor subjetivo, deve ser vista com cautela a afirmação dos autores de que a busca por resoluções bilaterais se sobrepõe às encontradas por organismos como a OEA, dada sua baixa eficiência prática.

No que tange à temática da segurança fronteiriça, Miguel Dhenin expõe as estratégias lindeiras russa e brasileira. Assim, considerando a centralidade do Estado na formulação da política fronteiriça de ambos os países, nota-se maior teor de cooperação interagência no caso brasileiro, enquanto o caso russo deixa transparecer maior interesse geopolítico. Deste modo, a despeito dos aspectos jurídicos concernentes ao Ártico e da coordenação brasileira via Sistema Proteger e Sistema de Monitoramento das Fronteiras Terrestres (Sisfron), o limiar entre as políticas fronteiriças efetivas e retóricas é tênue e requer maior apoio empírico para captar o papel da ação interagência no caso russo, sobretudo no atual cenário de disputas por recursos naturais e energéticos.

A dimensão doméstica da cooperação interagências é bastante tratada no livro. Exemplo disso é o argumento desenvolvido por Souza e Garcia, que alinham a ação interagência com o Sisfron. Os autores dedicam atenção à dimensão epistemológica da cooperação interagência, mas não descuidam do seu vetor operacional, qual seja, a presença estatal, monitoramento fronteiriço e coordenação em torno de uma política pública. Neste sentido, a argumentação dos autores permite inserir o papel do componente cibernético como um grande *game changer* da coordenação e ação interagência, seja na proteção de grandes estruturas (o caso de Itaipu) ou na segurança de grandes eventos.

Dentre as evidências de cooperação interagências sinalizadas no livro, Araújo esclarece a dificuldade de cooperação entre as Forças Armadas, os governos subnacionais e a Defesa Civil para lidar com desastres naturais. A proposta teórica bem fundamentada pelo autor dota de sentido metodológico e epistemológico a pesquisa em torno da dificuldade de coordenação de entidades interorganizacionais temporárias para desastres naturais. Deste modo, Araújo e os artigos de Finizio, Dhenin, Souza e Garcia procuram robustecer a agenda de pesquisa sobre cooperação interagências, sobretudo na área de Defesa e Segurança.

A região amazônica constitui pivô analítico de dois artigos deste volume. Tesche, Wietchikoski e Gonçalves pretendem, a partir de uma análise qualitativa de fontes primárias, prospectar alternativas para uma cooperação militar. Os autores citam parcerias bilaterais e mecanismos institucionais como Alba, Mercosul e Unasul, em paralelo às ameaças comuns sofridas pelos países, como o narcotráfico, migrações forçadas e crimes transnacionais. No entanto, em virtude da diversidade de casos e, possivelmente, da limitação do espaço, os autores apenas tangenciam os temas. Por fim, realizam um interessante apontamento ao observarem que as operações regionais se restringem às ações conjuntas nas fronteiras, não evoluindo para planos estratégicos comuns, como a criação de uma indústria de defesa.

Ainda no tocante à região amazônica e, mais especificamente, às relações Brasil-Colômbia, Vaz e Rosa abordam o tráfico de armas e as políticas de defesa e estratégias cooperativas. Destacam uma problemática específica ao ambiente de mata fechada, o qual requer ações militares diferenciadas. Com o propósito de aproximar o leitor ao tema, realizam uma caracterização da região amazônica, incluindo uma exposição de dados, provenientes do Ministério da Defesa colombiano, sobre a questão armamentista. Ao tratarem das políticas de defesa os autores apontam diferenças nas práticas cooperativas do Brasil e da Colômbia. Sugerem as fugas dos grupos armados colombianos para os países vizinhos como hipótese para a crescente militarização amazônica, porém não a verificam. Em suas conclusões, aproximam-se de outras propostas no livro ao entenderem que ações conjuntas e cooperativas bilaterais devem ser fomentadas a fim de diminuir o desequilíbrio regional.

A contribuição de Marcelo de Paiva utiliza os mesmos países, Brasil e Colômbia, e os analisa com base na atividade interagências no combate de delitos transnacionais, analisando, para tanto, o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). O autor fornece um rico aporte teórico sobre a atuação interagências, seus princípios norteadores e limitantes, bem como conceitua as atividades de inteligência. Paiva distingue as agências presentes na região, com forte atuação das Forças Armadas, em suas três vertentes, em conjunto com a Polícia Federal. No que tange aos mecanismos, discorre sobre o Sisfron e o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam). A conclusão possui nuances normativas, indicando a necessidade de integração, comprometimento e esforço informal.

No último capítulo, os ilícitos transnacionais são retomados, agora sob a égide do combate às drogas. Rosseto Silva traz à luz o tráfico de drogas na fronteira Brasil-Bolívia que, de acordo com os dados da Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), equivalem à metade

da cocaína apreendida no Brasil. Ambos países possuem papéis-chave no comércio mundial de drogas. A linha argumentativa da autora destaca o papel dos Ministérios brasileiros e órgãos internos no desenvolvimento de políticas repressivas para o narcotráfico, sem esquecer o papel dos Estados Unidos. Todavia, a costumeira ação norte-americana pouco atenta à cultura e às demandas da população foi responsável por gerar um quadro de instabilidade na Bolívia, superado apenas durante o governo de Evo Morales, o qual intensificou os acordos bilaterais com o Brasil.

De maneira geral, os artigos que compõem o livro lançam mão de estratégias conceituais para melhor compreender o fenômeno da cooperação interagências *pari passu* a esforços analíticos de bom nível para identificar onde e em quais circunstâncias da política nacional e internacional esses mecanismos operam. No entanto, resta saber de que forma a sobreposição da atuação do Estado com agências subnacionais e internacionais ocorre em fenômenos de crescente importância no sistema internacional, especialmente em áreas como a segurança energética, segurança alimentar, segurança climática, segurança cibernética, migrações, por exemplo. Demais disso, o livro apresenta-se como indispensável para aqueles que pretendem alcançar uma maior compreensão da atuação coordenada entre as agências nas questões de Defesa e Segurança.

Palavras-chave: Cooperação Interagências; Defesa; Segurança Internacional.